

**TERMO Nº DE CREDENCIAMENTO N. 03/2019, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019.**

**TERMO DE CREDENCIAMENTO** de prestação de serviços de **implantação e operacionalização de solução tecnológica destinada à redução do tempo de duração dos processos, possibilitando a quitação das custas judiciais pelo uso de cartões de crédito tudo sem custo ou perdas para o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, e por meio do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)**, (Edital de Credenciamento nº 001/2019), que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e a Empresa **ÍCONE TECNOLOGIA E PAGAMENTOS LTDA - UNIVERSALPAY**.

**CREDENCIADOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº **34.812.669/0001-08**, doravante denominado Contratante, neste ato representado por sua Secretária-Geral, **Tainah Westin de Camargo Mota**, casada, brasileira, portadora da Carteira de Identidade de nº **213.796, SSP/RR**, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº **775.180.042-91**.

**CREDENCIADO: ÍCONE TECNOLOGIA E PAGAMENTOS LTDA - UNIVERSALPAY**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº **19.432.487/0001-00**, com sede localizada na **SRTVS Quadra 701, Bloco "O", n.º 110 - Sala 234 - Asa Sul - Brasília/DF, CEP.: 70.340-000, Telefones: (11) 93274-2643, E-mail: contato@univesalpay.com.br**, neste ato representada pelo Senhor **Carlos Iran Caetano da Silva**, portador da Carteira de Identidade nº **1.473.748, SSP/DF**, inscrito no CPF sob o nº **451.770.903-53**.

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Prestação de serviços de implantação e operacionalização de solução tecnológica destinada à redução do tempo de duração dos processos, possibilitando a quitação das custas judiciais pelo uso de cartões de crédito tudo sem custo ou perdas para o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, e por meio do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), conforme especificações e quantitativos, bem como condições estabelecidas no Edital de Credenciamento TJRR nº 001/2019, constantes dos autos do Procedimento Administrativo SEI nº 0013155-52.2019.8.23.8000, com fundamento na [Lei nº 8.666/93](#).

**Parágrafo primeiro.** Tendo em vista a natureza judicial das dívidas, que são objetos de acordos homologados ou custas judiciais transitadas em julgado, o jurisdicionado devedor e/ou titular do cartão de crédito que optar pela utilização do sistema, como meio para a solução do litígio, não poderá solicitar unilateralmente o cancelamento da transação, nem impugná-la perante a administradora de cartão de crédito, pois apesar de formalizada em ambiente online, a transação, conciliação ou parcelamento será necessariamente feito de forma presencial em audiência, com devida identificação das partes que comparecem na presença de membros ou servidores do Poder Judiciário.

**Parágrafo segundo.** O objeto será executado em conformidade com as especificações constantes deste Instrumento, do Edital de Credenciamento nº 001/2019 (0631080), da Proposta da Contratada (0669880).

**Cláusula Segunda — Das Obrigações do Credenciador**

Constituem deveres do **Credenciador**:

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Credenciada, de acordo com o Edital, as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
2. Solicitar do credenciado, sempre que entender pertinente, prova das condições de regularidade exigidas por ocasião do credenciamento;
3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela **Credenciada** ou por seu Preposto;
4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
5. Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com a especificação do Edital e deste instrumento, de modo que, para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da **Credenciada**;
6. Comunicar oficialmente à **Credenciada**, por escrito, quaisquer imperfeições ou falhas verificadas no cumprimento do contrato, para que seja providenciada a correção os serviços contratados;
7. Disponibilizar a infraestrutura necessária à instalação e operacionalização da plataforma, tais como máquinas e equipamentos para o funcionamento normal e de contingência dos programas, *links* de acesso à rede mundial de computadores em velocidade compatível para seu melhor desempenho;
8. Indicar servidor para treinamento, controle, acompanhamento e operacionalização dos programas;
9. Adotar política de segurança que garanta proteção aos dados contra invasores internos e externos;
10. Baixar as regulamentações normativas necessárias à implantação e utilização dos programas;
11. Difundir a ferramenta tecnológica entre os Magistrados, Servidores, Conciliadores e Advogados;
12. Realizar, presencialmente, a identificação do jurisdicionado devedor e dos titulares dos cartões de crédito, que serão usados no sistema para pagamento e cumprimento do acordos ou sentenças ou pagamento de custas, de modo que a transação, apesar de ser concluída em sistema online, seja formalizada e realizada de forma presencial perante um membro ou servidor preposto do Tribunal.

**Cláusula Terceira — Das Obrigações da Credenciada**

Além de outros previstos no Edital de Credenciamento nº 01/2019, na Proposta, neste instrumento e na legislação pertinente, constituem deveres da Contratada:

1. Receber as comunicações expedidas pela Credenciadora;
2. Manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação exigidas no credenciamento, devendo comunicar ao credenciadora a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
3. Disponibilizar o programa e as ferramentas tecnológicas necessárias para o cumprimento do objeto do presente credenciamento, dotando-os de todos os requisitos de segurança indispensáveis à inviolabilidade do sistema e cedendo gratuitamente ao **TJ/RR**, durante a vigência do presente convênio, para homologação e uso em todo o território do Estado, observando: a necessidade de Módulo Administrativo integrado ao sistema do tribunal;
4. Providenciar alterações nos sistemas, responsabilizando-se em orçar, aprovar e custear despesas de atualização e desenvolvimento que se façam necessárias ao bom funcionamento da solução;

5. Implementar as alterações mencionadas na alínea "f" desta cláusula, em no máximo 168 horas, exceto em casos de correção de erros que não poderá exceder 48 horas. Para os serviços que exigem prazo, o início da contagem será em um (01) hora após o envio da solicitação por e-mail, quando enviadas entre 08:00 e 17:00 horas no próximo dia útil;
6. Fornecer ao TJ/RR todos os conhecimentos sobre a arquitetura dos sistemas utilizados no desenvolvimento do programa, bem como toda a documentação de análise pertinente, desde que não seja considerado segredo empresarial da empresa desenvolvedora;
7. Custear a aquisição e manutenção do *link* de internet enquanto os equipamentos estiverem hospedados em *Data Center's*;
8. Ceder ao TJ/RR todos os equipamentos necessários à implantação e operacionalização dos Sistemas;
9. Custear a manutenção dos programas, assegurando o permanente funcionamento dos sistemas, de modo a garantir, a segurança das informações: de manutenção básica, compreendida a instalação e configuração da plataforma; e de manutenção por alteração, compreendida a correção de erros, mudanças na legislação, melhorias no Sistema ou melhoria na performance dos Sistema;
10. Cuidar do contínuo e constante aprimoramento dos programas e sistemas para adaptá-los às mudanças nas regulamentações e às necessidades de implantação de novos serviços;
11. Fornecer ao TJ/RR todas as orientações técnicas para a operacionalização dos programas, buscando sempre eliminar eventuais dificuldades na utilização do sistema;
12. Proceder, nos prazos determinados pelo TJ/RR, aos ajustes no programa para adequá-lo às eventuais alterações normativas;
13. Cobrar taxa de administração dentro dos limites estabelecidos pelo Banco Central;
14. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados a este Tribunal;
15. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado;
16. Atender a todas as determinações regulares e prestar os esclarecimentos solicitados; e
17. Observar os prazos e demais condições e obrigações contratuais estabelecidos no Edital e neste Instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**Parágrafo primeiro.** A **Credenciada** não contratará empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal de Justiça, conforme Artigo 3º da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016 e do art. 6º, da Resolução nº 38/2006, de 12 de setembro de 2006, do Tribunal de Justiça de Roraima.

**Parágrafo Segundo.** Por meio deste Instrumento, a **Credenciada** se vincula ao Edital e anexos do Credenciamento de nº 01/2019 e a sua Proposta, os quais passam a integrar este, independentemente de transcrição.

#### **Cláusula Quarta — Da Vigência**

O prazo de vigência deste Termo por prazo indeterminado, a contar da assinatura deste Termo, desde que a Credenciada cumpra as condições do Edital de Credenciamento de nº 01/2019, e de suas alterações posteriores.

#### **Cláusula Quinta — Dos Prazos de Entrega e Local de Execução**

O serviço deverá estar disponível em até 30 (trinta) dias, em todas as comarcas do Tribunal de Justiça de Roraima, contados da assinatura do Termo de Credenciamento.

#### **Cláusula Sexta — Do Valor**

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima não arcará com quaisquer ônus decorrente da celebração deste instrumento, conforme Edital de Credenciamento nº 01/2019, sendo facultativa a sua utilização pelo jurisdicionado.

#### **Cláusula Sétima — Das Sanções Administrativas**

Pela inexecução total ou parcial o CREDENCIADO ficará sujeito, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, no prazo não superior a 02 anos,e
3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**Parágrafo primeiro.** Para fins do disposto na alínea "c" do item, reputar-se-ão inidôneos atos tais como descritos nos arts. 89 a 98, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**Parágrafo segundo.** A aplicação das penalidades previstas neste edital realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

**Parágrafo terceiro.** A autoridade competente, na aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**Parágrafo quarto.** Toda penalidade aplicada será registrada no SICAF e inseridas no site do Tribunal de Justiça.

#### **Cláusula Oitava — Das Alterações**

Este Termo poderá ser alterado de acordo com o interesse e a necessidade da administração, com a apresentação das devidas justificativas, observando-se o disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

#### **Cláusula Nona — Da Rescisão/ Descredenciamento**

**Parágrafo primeiro.** O credenciamento tem caráter precário, por isso, a qualquer momento, o Credenciado ou a Administração poderão denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste edital e na legislação pertinente ou no interesse do Credenciado, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa;

**Parágrafo segundo.** O Credenciado que desejar solicitar o descredenciamento deverá fazê-lo mediante solicitação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

**Parágrafo terceiro.** Caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no regulamento pela empresa, ela será automaticamente excluída do rol dos credenciados.

#### Cláusula Décima — Das Disposições Finais

**Parágrafo primeiro.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. 55, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo segundo.** Da aplicação das penalidades definidas na **Cláusula Sétima — Das Sanções Administrativas**, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

**Parágrafo terceiro.** O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria-Geral.

**Parágrafo quarto.** Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral, sendo aplicáveis os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **TAINAH WESTIN DE CAMARGO MOTA, Secretária Geral**, em 25/11/2019, às 13:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS IRAN CAETANO DA SILVA, Usuário Externo**, em 26/11/2019, às 09:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0674188** e o código CRC **9E3FB88C**.